

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Reflexo

O voto de Rosa Weber contra o orçamento secreto vai respingar no futuro governo e ameaça criar mais entraves para a aprovar a PEC da Transição nos moldes do que foi votado no Senado. Há a suspeita entre os aliados do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), de que houve pressão do futuro governo para acabar com as emendas de relator pouco transparentes.

Lula dobra a aposta

O presidente Lula, porém, segurou o jogo. Ao adiar o anúncio dos ministros para a semana que vem, sinaliza que quer primeiro aprovar a PEC e, depois, divulgar o restante de sua equipe. Significa que quem quiser as delícias de ser governo tem que votar com ele.

O andar da PEC

Até aqui, não há número suficiente para aprovar a PEC da Transição. Embora os líderes do PT digam que está tudo certo, o que se ouve no partido do relator, Elmar Nascimento (União Brasil-BA), é que, antes de votar, Lula terá que conversar com os líderes. É que a quantidade de parlamentares dispostos a mudar o texto é grande, o que torna incerta a conta dos 308 votos necessários para aprovar a proposta de emenda constitucional.

Veja bem

Diante desse freio de Lula, Lira terá que saber jogar. Afinal, com o voto contrário da ministra Rosa Weber ao orçamento secreto, a aposta é de que ficou muito mais difícil para o atual presidente da Câmara garantir a reeleição desde já.



Ainda tem muita gente para prender e muita multa para aplicar"

Ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes

A exigência do PT a Ibaneis

Os petistas pediram ao governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, que não recoloque o atual ministro da Justiça, Anderson Torres, na Secretaria de Segurança Pública do GDF. A solicitação foi feita depois de o futuro ministro da Justiça, Flávio Dino, reclamar, nos bastidores, da inação do ministério diante dos atos terroristas da noite de segunda-feira, no centro de Brasília. Torres estava jantando num restaurante da cidade e lá continuou. Os petistas

temem que, num futuro, em caso de problemas, ele não mobilize as forças de segurança do governo local, caso esteja à frente da segurança da capital.

Só tem um probleminha: Ibaneis já sondou Torres para voltar a ocupar o comando da Secretaria de Segurança Pública. Delegado da Polícia Federal, ele disse ao governador que só estaria livre depois de 31 de dezembro, uma vez que estará com o presidente Jair Bolsonaro até o último dia do governo.



CURTIDAS

Waldemir Barreto/Agência Senado



O recado da despedida/ A maioria dos senadores que falou logo depois do discurso que marcou o adeus de Simone Tebet (MDB-MS, **foto**) da Casa fez questão de lembrar a importância da parlamentar para a vitória de Lula. Se o presidente eleito negar o Desenvolvimento Social a ela, e optar por um prêmio de consolação, será considerado um “íngrato”.

Aliás.../ A palavra que Simone mais usou em seu discurso foi “gratidão”. Para bom entendedor, o recado está dado.

Troca justa/ Se o PT não quer Simone no Desenvolvimento Social, terá que ceder Educação. E aí vem nova briga. Meio Ambiente, aliás, já estava reservado para a deputada federal eleita Marina Silva (Rede-SP).

Eles têm a força/ O ex-presidente José Sarney foi colocado estrategicamente entre Lula e o vice-presidente eleito Geraldo Alckmin na posse do novo presidente do Tribunal de Contas da União, Bruno Dantas. Sarney é o conselheiro-mor. E Dantas a mais nova estrela de primeira grandeza da constelação do poder político-jurídico do país.

PODER

Rosa: orçamento secreto é ilegal

Com um duro voto, ministra considera as RP9 “regime de exceção ao orçamento da União”. Julgamento será retomado hoje

» LUANA PATRIOLINO

Ao votar ontem pela inconstitucionalidade da execução das emendas de relator, a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Rosa Weber, fez severas críticas ao orçamento secreto — que classificou como “um verdadeiro regime de exceção ao orçamento da União”. A decisão da magistrada foi um duro recado sobretudo ao presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), apontado como o controlador da distribuição dos recursos.

A ministra propôs que as RP9 devem servir, apenas, à correção de erros e omissões. Pretende, também, que sejam tornados públicos os dados referentes aos serviços, obras e compras realizadas com verbas da União, além da identificação dos respectivos solicitadores e beneficiários, em até 90 dias. Para Rosa, “o próprio destino desses recursos acha-se recoberto por um manto de névoas. Isso porque não há efetiva programação orçamentária. As dotações consignam elevadas quantias vinculadas a finalidades

genéricas, vagas e ambíguas”. A ministra é a relatora das ações propostas por PSol, Cidadania, Rede e PSB em contestação às emendas de relator.

Sistema inacessível

Rosa criticou os problemas no sistema do Congresso para acessar os dados dos recursos previstos no orçamento secreto. Em decisão anterior, ela já tinha se manifestado pelo veto às emendas e ordenou esclarecimentos sobre a destinação das verbas. As informações passaram a ser publicadas pela Comissão Mista de Orçamento, mas a página em que estão abrigadas dificulta o acesso — e não mostra qual deputado ou senador apadrinha cada transferência de recursos.

“Somente no momento do empenho, às vésperas da liquidação e do pagamento, torna-se possível identificar quem será o beneficiário dos recursos e o objeto das despesas. Desse modo, não é possível saber, com antecipação, quais municípios ou estados brasileiros serão contemplados, muito menos qual tipo de obra,

Nelson Jr./SCO/STF



Decisão da ministra é recado a Lira, controlador do orçamento secreto

» TSE investiga Bolsonaro e apoiadores

O ministro Benedito Gonçalves, corregedor-geral eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), abriu, ontem, investigação para apurar a conduta do presidente Jair Bolsonaro e de seus aliados por tentarem desacreditar o processo de votação e o resultado das urnas eletrônicas no pleito presidencial — vencido por Luiz Inácio Lula da Silva. Os alvos da investigação, além de Bolsonaro, são o ex-vice na chapa à reeleição, Walter Braga Netto, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ); os deputados federais Eduardo Bolsonaro (PL-SP), Carla Zambelli (PL-SP) e Bia Kicis (PL-DF); os deputados eleitos Nikolas Ferreira (PL-MG) e Gustavo Gayer (PL-GO); e o senador eleito Magno Malta (PL-ES).

serviço ou ação estatal será efetivada com tais recursos”, criticou.

No julgamento, Rosa leu em Plenário a resolução encaminhada à Corte pelo Congresso para tentar modular os repasses do orçamento secreto. Mas ressaltou que o documento não afetaria a análise do caso pelo STF.

“Não se sabe quem são os parlamentares, as quantias e não existem critérios objetivos para realização das despesas, tampouco observam regras de transparência. Nem mesmo o Congresso e o Ministério da Economia foram capazes de identificar nesses autos os critérios, ou

obras, serviços e bens ou objetivos vinculados ao planejamento orçamentário alcançados sobre esses recursos”, ressaltou.

Ela destacou que a execução das emendas leva à “destruturação de serviços e políticas públicas essenciais”. Salientou, ainda, que serve a interesses pessoais e eleitorais, e subverte a lógica da harmonia entre poderes ao deixar o Executivo à mercê do Congresso.

O julgamento será retomado hoje, com os votos dos demais integrantes da Corte — o primeiro a ser lido é o do ministro André Mendonça. (Com Agência Estado)

150 votos para aprovar a PEC em troca da Saúde

» TAÍSA MEDEIROS
» FERNANDA STRICKLAND
» RAPHAEL FELICE

Além da votação no Supremo Tribunal Federal (STF), a tramitação da Proposta de Emenda da Constituição (PEC) da Transição pode ter pela frente mais um problema. O presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), estaria oferecendo 150 votos a favor do texto em troca do comando do

Ministério da Saúde para seu grupo político. A informação é do colunista Tales Faria, do site *UOL*, e foi confirmada pelo **Correio**.

Além de emperrar a tramitação da PEC, a troca supostamente proposta por Lira ainda travou o anúncio que o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva faria sobre a colocação de Nísia Trindade Lima, presidente da Fundação Oswaldo Cruz (FioCruz), no Ministério da Saúde do futuro governo. O

grupo que pretende ter o comando de uma das pastas com maior orçamento na Esplanada dos Ministérios está sendo chamado de “consórcio de deputados” — e é formado integrantes de PP, União Brasil, PSDB, Cidadania e outras legendas que gravitam em torno do Centrão. Os 150 votos dos deputados oferecidos por Lira seriam suficientes para aprovar a PEC.

Um deputado do Republicanos confirmou o toma lá dá cá. “Soube

quando estavam montando esse bloco, daqueles que o Lira tinha certeza porventura poderiam votar com ele. Isso de fato aconteceu na Câmara. Que o PP sempre fica com o Ministério da Saúde e enxergou nessa negociação a oportunidade de, mais uma vez, ficar com a pasta, não posso afirmar. Essa deve ter sido uma conversa de pé de orelha entre Lira e Lula certamente”, disse o parlamentar, sob a condição de anonimato.

A eventual decisão do STF de considerar o orçamento secreto inconstitucional — já está 1 x 0 para torná-lo ilegal com o voto da ministra Rosa Weber — poderia diminuir a influência de Lira. Mas, segundo um parlamentar do PP, a PEC da Transição acabará sendo pausada, pois a possível derrota do texto seria cobrada pelo Palácio do Planalto no momento em que o atual presidente da

Câmara for disputar a recondução ao cargo.

Sobre a possibilidade de o futuro governo ceder à proposta de Lira, de reunir 150 votos para aprovação da PEC em troca do Ministério da Saúde, este mesmo deputado do PP acredita que o presidente da Câmara indicaria um parlamentar do partido para o comando da pasta — hipótese que vários petistas não querem sequer levar em consideração.